

TERRITÓRIO, FORMAÇÃO DE REDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

TERRITORY, TRAINING NETWORK AND POLICY PARTICIPATION

JOSÉ CARLOS SALES DOS SANTOS¹
BARBARA COELHO NEVES²

RESUMO: Compreende-se neste texto que a informação e a internet potencializam a formação e o movimento das redes no território. Partindo deste pressuposto, procurou-se analisar como os deputados da ALBA oportunizam o intercâmbio de conteúdos informacionais entre os político-cidadão, a partir das redes sociais disponíveis em seus *websites*. Para tanto foi desenvolvido um estudo de caso que procurou observar a movimentação dos deputados nos potencializadores de redes sociais em dois momentos. Este artigo apresenta a discussão e os resultados deste estudo. Conclui que, embora as redes incentivem a abertura do diálogo nos *websites* pesquisados, a disponibilidade não garante o atendimento das demandas incorporadas à plataforma política dos deputados.

Palavras-chave: Informação. Participação Política. Redes Sociais. Território.

ABSTRACT: In this text is understood that the information and internet potentiate the formation and movement of the networks in the territory. Under this assumption, we tried to analyze how political members of ALBA nurture the exchange of information contents between citizen-politician, from social networks available on their websites. Therefore we developed a case study that sought to observe the movement of MPs in augmenting social networks in two stages. This article presents the discussion and the results of this study. Concludes that, while the networks encourage the opening of dialogue on the websites surveyed, availability does not guarantee meeting the demands incorporated into policy platform of the deputies.

Keywords: Information. Political Participation. Social Networks. Territory.

Sumário: 1 Introdução - 2 Território e formação de redes - 3 O movimento da informação potencializada pelo movimento das redes no território - 4 Método e material - 5 Análise dos *websites* de deputados do estado da Bahia - 6 Resultados - Considerações finais – Referências.

¹ Doutorando em Ciência da Informação (UFBA). Membro do Núcleo Científico SIBI/UFBA Salvador - BA Docente do ICI-UFBA. E-mail: jsalles@ufba.br

² Professora de Tecnologia do Núcleo de Ciência da Informação (NUCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisadora do GEC-FACED. E-mail: barbaracoelho@ufs.br

1 INTRODUÇÃO

No campo da Teoria de Redes é convencional se considerar a ideia de padrão oculto como um princípio fundamental. Diferentes contextos de redes e variedades de ligações entre elas co-existem no território. No momento atual, tudo que representa o território usado – como as informações, o conhecimento, a riqueza, o desejo e a necessidade – transita em rede. Ou seja, o que é produzido pelo homem tem potencial de disseminação pelas cadeias complexas das redes.

Seguindo esse traçado reflexivo, as seções subsequentes deste artigo tratam do território e a formação de redes, tendo como caso de estudo os *websites* dos deputados da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA). A próxima seção procura abordar que, para se falar de formação de redes nesta perspectiva, não se precisa abandonar ou migrar o conceito de território para desterritorialização.

Na terceira seção trata-se o movimento da informação potencializada pelo movimento das redes no território, focalizando o seu potencial de aplicação pelos políticos na sua interação com os cidadãos.

Na quarta seção são apresentados aspectos do desenho metodológico do estudo que procurou analisar como os *websites* dos deputados da ALBA condicionam a participação política, a partir de canais interativos, para a consecução de informação pública em rede. A pesquisa foi realizada em 42 *websites*, *blogs* e potencializadores de redes sociais (Twitter) dos parlamentares da ALBA em dois momentos distintos (antes do período eleitoral e na pré-eleição).

Na quinta seção é tratado o estudo de caso dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia, relatando aspectos e singularidades que foram percebidos nas páginas visitadas na internet.

A sexta seção contém os resultados da pesquisa vislumbrando as observações empreendidas nos *twitters* dos deputados e, em seguida, as considerações finais.

2 TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DE REDES

O território constitui um espaço dinâmico de ações individuais e coletivas, sendo o seu uso, “[...] e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.” (SANTOS, 2002, p.15). Para Milton Santos (2002) o território já foi o fundamento do Estado-Nação, hoje sua definição tem se transformado, graças a forças centrífugas impulsionadas, pelos principais atores do sistema mundo contemporâneo, evidenciando uma evolução de Estado Territorial para a noção de território transnacional.

Agentes e atores internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, os grandes centros de pesquisa e as organizações transnacionais formam intensivas e amplas redes

que, segundo o autor, vão da globalização à fragmentação. Nesse contexto, Santos (2002) também identificou que, para aprofundar o entendimento de território, é necessário analisar o papel da ciência, da tecnologia e da informação, considerando a globalização do geral ao particular. Esses aspectos devem ser levados em questão uma vez que observamos o território contemporâneo como uma manifestação da dialética do mundo concreto.

Santos (2000) analisou o fenômeno de articulação de redes dos atores transnacionais nos territórios, e chamou a atenção ao potencial de atuação em âmbito global dos agentes locais viabilizando uma *alter* globalização. Os agentes sociais contemporâneos, embora singulares, são complexos por existirem e atuarem em rede. Fischer (2007) chama atenção desse aspecto quando trata das organizações e exemplifica que mesmo sendo micro, e de atuação local, ela pode apresentar um tamanho considerável quanto ao poder de articulação, se observada pelo viés do potencial de formação e atuação em rede.

As redes na concepção vertical – das quais se têm na atualidade formadas por agentes e atores – constituem uma realidade. Antes e depois dessas redes existe o espaço banal, espaço do cotidiano ou espaço de todos. Tanto o espaço banal quanto o espaço das redes (ou de poucos) coexistem no território. (SANTOS, 2002). Esse movimento, o autor chamou de dialética do território, “já que usado o território é humano”. Ainda que o território seja constituído por formas, mas enquanto utilizado, este se constitui em “objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado”. Humanizando o território e identificando-o como espaço social foi possível a Milton Santos defender a tese que, embora se trate de um território transnacionalizado, palco de novos fundamentalismos, como o próprio globalitalismo, “[...] graças aos milagres permitidos pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto.” (SANTOS, 2002, p.19). É nesse aspecto que o autor chama atenção e que nos parece, além dos pontos já abordados, ser de extrema relevância entender o conceito de território.

O conceito de território tem origem no século XIX nas universidades alemãs, logo ficando associado a dimensões políticas da geografia. Naquele período trazia as características expansionistas dos alemães. Mais tarde, a abordagem dos franceses com enfoque na região, conferindo sustentação a intervenção das estatais. A partir da década de 1970 o conceito volta ao auge, dessa vez, valorizando o espacial e o simbólico. Essa abordagem foi crucial para ampliação do conceito, entendendo que o território vai além das fronteiras e do Estado como única fonte de poder do controle espacial. De acordo com R. Echeverri Perico (2009), é possível se perceber várias formas de poderes que se expressam de maneiras diferentes na ocupação dos espaços regionais e locais.

Na perspectiva da territorialidade existem estratégias espaciais, que segundo Perico (2009), se movem gradualmente, visando o exercício do controle e do poder. Essas estratégias apresentam três aspectos de caráter dinâmico e flexível. Sendo elas a

forma de controle, a classificação da área e a sua comunicação. Ocorre que a formação das redes também se move gradualmente, partindo do local para o global nos interesses políticos e econômicos e do global para o local quando o interesse é ligado à formação das identidades e construção da territorialidade.

Indivíduos, grupos e coletividades são instâncias distintas que interagem e se manifestam no território. (FISCHER, 2007). O território é entendido e utilizado como possibilidade de desenvolvimento, podendo ser condicionado às políticas de intervenção no espaço e nos atores sociais, especialmente sua população, que o habita e o representa.

De acordo com Haesbaert (2004), a diminuição ou enfraquecimento do controle das fronteiras e barreiras, sejam de ordem concreta (dominação) ou simbólica (apropriação), corresponde o “mito da desterritorialização”. Esta perspectiva de desterritorialidade vem sendo balizada pela “[...] dinâmica, a fluidez, em suma, a mobilidade, seja ela de pessoas, bens materiais, capital ou informações.” (HAESBAERT, 2004, p.235). Contraponto a esta perspectiva, o autor chama atenção que o território também incorpora a ideia de movimento, o que descaracteriza a terminação “desterritorialização” que cuja é tão associada às provocativas de “aniquilação do espaço tempo”. O atual momento tecnológico, que propicia rapidez na mobilidade humana, material e de circulação de vários fluxos imateriais no ciberespaço, não está condicionado à desterritorialização. Compreende-se que o ciberespaço é um dos vetores que proporciona a mobilidade enquanto relação social, podendo indivíduos, grupos e coletividades estarem em vários lugares ao mesmo tempo.

3 O MOVIMENTO DA INFORMAÇÃO POTENCIALIZADA PELO MOVIMENTO DAS REDES NO TERRITÓRIO

O movimento é uma categoria da dialética que trata da forma particular da consciência social. O movimento nesta perspectiva transcende a concepção cartesiana de deslocamento de corpos no espaço. No movimento estão todas as possibilidades de mudanças constantes no universo que vão da locomoção ao pensamento. O território se movimenta por meio do funcionamento, operação, estruturação e crescimento das redes sociais. Uma rede funciona por meio de conexões entre diferentes pontos e elementos articulados transformando-os em ‘nós’. Em uma rede os pontos (nós) são os elementos locais, e a malha inteira que se forma é o elemento global da rede. (ALMEIDA FILHO, 2005).

A informação “[...] joga um papel parecido àquele que no passado remoto era destinado à energia. Antigamente, sobretudo, antes da existência humana, o que reunia as diferentes porções de um território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais.” (SANTOS, 2002, p.17). Historicamente, a informação foi assumindo o papel de instrumento, ou melhor, de força unificadora entre as variadas partes que formam

o território. Souza (2002) desenvolve essa discussão observando a velocidade da informação e a amplificação das desigualdades no âmbito do território, quando essa é colocada a serviço dos mercados globais, especificamente com a técnica em uma espetacularização da informação.

Diante desse contexto, verifica-se a estruturação de uma sociedade alicerçada em tecnologias de informação e comunicação que potencializam ainda mais as complexas redes, proporcionando transformações profundas nas atividades humanas. Nas modificações das formas de relacionamentos inscritos nas sociedades contemporâneas, produzir, consumir e laborar configuram o cerne de um movimento fluido caracterizado pelas ações de intencionalidades colaborativas e trocas de informações constantes. Exemplo dessa estruturação pode ser observado na popularização das chamadas ferramentas *wiks*, *blogs*, *microblogs*, comunidades virtuais, dentre outras, como potencializadoras de uma interconectividade radical, do tipo comunicação “todos para todos”.

A interconexão a partir das redes, viabilizada pelas complexas malhas de estrutura tecnológicas, tem atraído e envolvido contingentes da sociedade. Em todo lugar, os líderes comunitários, as organizações sociais, os promotores de organizações não governamentais e os políticos se envolvem na construção de redes de todos os tipos, cores e formas, com todo tipo de proposta e motivos, buscando resultados variados. (ALMEIDA FILHO, 2005).

A internet, assim, apresenta-se como uma catalisadora tecnológica que simplifica e viabiliza o contato entre os atores do processo político, multiplicando as oportunidades de interconexão e instantaneidade de acesso à informação, preterindo o conceito tradicional de território. Os governos perceberam gradualmente, ante estas inúmeras transformações, a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas. Ancoradas no poder de inserção e circulação, tornou-se imperativo alinhar as TIC às práticas políticas, objetivando a redução de custos e prestação de contas aos cidadãos. Contudo, determinados governos utilizam os recursos viabilizados pela internet de forma limitada, como uma autêntica página destinada à promoção da imagem pública e à propaganda política, preterindo as premissas concernentes à consecução de informações públicas e à participação política em rede efetiva.

Esta comunicação considera a importância das redes territoriais a partir da análise do envolvimento de parlamentares da Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA nas redes sociais, previamente registradas nos *websites* políticos. As tecnologias da informação, no sentido *lato*, e a internet, no sentido *stricto*, constituem ferramentas essenciais para a disseminação destes conteúdos para os públicos específicos e interessados. O esforço e investimentos crescentes destes representantes políticos em estabelecer o contato direto com cidadãos parecem revelar o interesse, mesmo incipiente, pela participação democrática dos indivíduos no processo político. Importante analisar, entretanto, como os deputados da ALBA oportunizam o intercâmbio de conteúdos informacionais entre os político-cidadão, a partir das redes sociais disponíveis no *websites*.

4 MÉTODO E MATERIAL

A partir dos 63 parlamentares da 16ª Legislatura, os pesquisadores identificaram que 42 parlamentares possuíam registros de *websites* e *blogs* na internet, mas apenas 25 (aproximadamente 60%) destes sítios estavam ativos. Para ratificar os *sites* inativos identificados no período do primeiro levantamento, entre os dias 10 e 20 de janeiro de 2011 realizou-se outra pesquisa naqueles *websites*. O resultado confirmou que os sítios continuavam ‘fora do ar’, sem previsão de retorno. Com os *sites* identificados, o procedimento posterior da investigação procurou encaminhar, através do *e-mail* individual dos deputados.

As técnicas de pesquisa para a coleta de dados engendram-se, primeiramente, no referencial teórico e na pesquisa de campo. O arcabouço teórico proporcionou reconhecer as convergências e divergências com o recorte empírico analisado. Esta análise empírica principia com a descrição dos *websites* dos deputados, perpassando pela análise sistemática associada ao referencial teórico-conceitual, para debruçar na análise pormenorizada do *website* institucional. As técnicas de pesquisa procuraram sistematizar as **observações** concentradas nos *websites* dos deputados descritos e analisados e produzir um **formulário** que apresentassem itens direcionados à identificação das possibilidades de participação política ou consecução de informações públicas em rede.

Para Vergara (2009), a técnica de observação implica descrição, explicação e compreensão de eventos e comportamentos, e os critérios assumidos nesta pesquisa correspondem à observação estruturada (sistemática, planejada ou controlada), pois, a partir dos estudos de Nielsen e Loranger (2007) acerca da usabilidade de sítios na *web*, procurou-se estabelecer procedimentos para observação, descrição e análises dos *sites* dos deputados – como observar? o que observar? para que observar? Vergara endossa que a observação estruturada não participante apresenta a capacidade de clarificar comportamentos relativos à frequência, duração, sequenciamento das ocorrências, à proporção em que o observador decodifique o fenômeno observado a partir de sua própria estrutura cognitiva do pesquisador.

A utilização do formulário direcionado à identificação das possibilidades de participação política nos *websites* dos deputados da ALBA representou o centro para a coleta de dados desta investigação. A primeira etapa da pesquisa de campo constituiu na descrição e análise independentes destes sítios através dos itens que compunham o formulário, como exemplo a biografia dos deputados, arquivos com informações públicas para *downloads*, a presença de fóruns de discussão e a prestação de contas dos recursos públicos. A etapa seguinte procurou agregar às análises dos *sites* para apresentar, percentualmente, um panorama integral. Com a explicitação das técnicas de pesquisa para a coleta de dados, é importante apresentar os critérios utilizados para definir os instrumentos de investigação assumidos.

5 ANÁLISE DOS WEBSITES DE DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA

Os *websites* dos deputados do estado da Bahia analisados apresentaram aproximações quanto à disposição dos conteúdos informacionais. No centro das páginas principais dispunham, em diversos casos, de notícias; nas laterais esquerdas encontravam-se as biografias, proposições, moções, ofícios, projetos de leis, ou seja, conteúdos produzidos por estes parlamentares; nas partes superiores era comum observar as replicações de informações contidas nas laterais esquerdas, incluindo formulários *online* para contatar os parlamentares, registro de usuários em boletins informativos e nas redes sociais como *twitter*, *orkut* e *youtube*³. Observou-se que um volume considerável dos *websites* analisados disponibilizava recursos audiovisuais, como vídeos e áudios relacionados às atividades políticas desses representantes. Para evitar uma descrição exaustiva destes sítios, que poderia tornar-se cansativa, procurou-se apresentar os aspectos mais relevantes da observação. Importante ressaltar que informações advindas destas análises serão apresentadas na seção destinada à apresentação dos dados coletados e a discussão.

O centro da página do *website* do deputado **Ângelo Coronel** apresentava uma mensagem natalina, e na lateral esquerda encontrava-se a TV Coronel. Este sítio possuía uma seção destinada a *downloads* de adesivos, logomarcas de campanhas e ‘papéis de parede’, porém estavam desativados. Interessados poderiam acessar o *jingle* de campanha e o ‘avatar’ (desenhos virtuais elaborados e parecidos com os internautas) das redes sociais das quais o parlamentar participa. Há também um mural para recados destinados aos usuários registrarem apoio político ao representante.

No sítio de **Arthur Maia**, ao final das matérias postadas, o usuário poderá comentá-las, enviá-las por *e-mail* ou imprimi-las. Apresenta atualizações registradas no *twitter*, assim como registros deste deputado em outros *sites* e jornais. O *clipping* estava atualizado, e contava com arquivos de áudio e de vídeos sobre o parlamentar. A parte direita da página registra uma seção denominada ‘Arthur na TV’ e ‘Arthur nas Rádios’, assim como as atualizações que o político registra no *twitter*, e conteúdos de *blogs* de cidadãos interessados nas atividades parlamentares deste político.

No *website* de **Bira Coroa** constatou-se uma seção destinada a sanar dúvidas dos usuários quanto aos temas relacionados a ‘Utilidade pública’, ‘Acessibilidade e educação especial’ e ‘Política de inclusão na Bahia’. Importante registrar o esforço deste deputado em disponibilizar artigos que instruem o cidadão, e informar aos interessados a agenda de atividades parlamentares. As notícias relacionadas ao deputado estavam atualizadas e apresentavam fotografias ilustrativas acerca do tema abordado. Estas notícias possuíam um caráter cumulativo, ou seja, o usuário interessado poderia acessar matérias outrora publicadas. O sítio também apresenta uma agenda com as atividades do parlamentar, especificando a data, horário, a descrição do evento e o local das ações.

³ Rede social destinada a compartilhamento de vídeos.

Capitão Tadeu oferece no sítio um elenco de cursos jurídicos e revisão para o vestibular da Universidade Estadual da Bahia – UNEB específico para o curso de Oficial da Polícia Militar. Apresentam informações acerca da Associação Geral dos Policiais – AGEPOL, trabalhos acadêmicos realizados pelo deputado, uma seção denominada ‘Biblioteca’ com documentos oficiais, como as constituições Federal e Estadual. Salienta-se que este sítio dispõe de textos jurídicos para o ‘aprimoramento da cidadania’.

A relevância do sítio de **Edson Pimenta** condiz às ligações externas (*links*) para os projetos ‘Todos pela Alfabetização – TOPA’ e ‘Minha Casa Minha Vida’, conteúdos que podem interessar os usuários. Porém, este sítio não apresentava ferramentas importantes que possibilitassem a interatividade entre o parlamentar e o cidadão; priorizava, entretanto, as informações estáticas relacionadas ao deputado, sem possibilidade de contato *off-line*. A página destinada a publicações de conteúdos relacionados à assessoria estava sem informações (em branco).

O parlamentar **Eliedson Ferreira** disponibiliza uma agenda semanal e, dentre outras informações, a seção de entretenimento com a possibilidade de *download* da Bíblia Sagrada *On-Line* e o Guia dos Curiosos. O *website* também disponibiliza os serviços prestados pelo Gabinete, como a assistência jurídica gratuita, acompanhamento de processos nas Secretarias Estaduais, encaminhamento para cursos profissionalizantes intensivos e gratuitos, dentre outros. Importante ressaltar que este sítio procura prestar serviços de utilidade pública.

Elmar Nascimento disponibiliza no *website* o recurso para enviar mensagens concernentes à sua atuação para o celular dos usuários previamente cadastrados (torpedos SMS, ou seja, serviços de mensagens curtas). O *website* apresentou alguns problemas de conexão enquanto o pesquisador descrevia este sítio, porém disponibiliza informações suficientes para os cidadãos, relativas às atividades desempenhadas pelo parlamentar.

O sítio de **Gaban** apresenta serviços *on-line*, como o resultado da Loteria da Caixa Econômica Federal e segunda via da conta da Coelba e um fórum de discussão denominada de ‘+ Participação’. Percebe-se que este *website* convida os cidadãos a participarem das discussões políticas. A estrutura do sítio também autoriza aos usuários a consulta a boletins informativos publicados, exigindo apenas o cadastro prévio do interessado.

Gilberto Brito dispõe de uma seção ‘Agora é Lei’ no sítio com conteúdos de utilidade pública, como a devolução de matrículas em universidades públicas. Apresenta também uma seção intitulada ‘Coisas de Gilberto’ com textos literários para a efusão lírica e poética. Os parlamentares **Gildásio Penedo**, **Heraldo Rocha**, **José Nunes**, **Luiz de Deus** e **J. Carlos** apresentam proximidades quanto à estruturação dos *websites*, com redes sociais e seções destinadas ao registro de vídeos e áudios; excetuando o último deputado, no entanto, onde observou-se um ‘mural’ para os usuários registrarem mensagens.

No formulário 'Fale conosco' do *site* de **Isaac Cunha** encontra-se uma mensagem incentivando os usuários a participarem do mandato, pois aquela seção procura instituir um espaço democrático. Assegura que responderá estas mensagens com brevidade, mas a pesquisa não obteve resposta.

O curioso do sítio de **João Carlos Bacelar** condiz não apenas aos conteúdos registrados nas páginas, mas também ao *jingle* 'Vamos subir, esquadrão' – grito de guerra dos torcedores do Esporte Clube Bahia – com a letra e o áudio da música. Dentre outras músicas, encontra-se a paródia de uma banda de forró 'Bahia ta dodói, tira Wagner [governador da Bahia] que passa' e outras entrevistas com o deputado. Na parte central da página principal do deputado **Marcelo Nilo** encontram-se notícias relativas a este parlamentar, o 'Midiacenter Marcelo Nilo' com participações em diversos canais de comunicação.

Interessante observar que o *website* de **Neusa Cadore** apresenta uma página esclarecendo termos como 'requerimento', 'moção', 'indicação' e outros. Possibilita ao usuário o cadastro no sítio, porém não explica o porquê deste cadastro. Os *websites* dos deputados **Pedro Alcântara**, **Prof. Valdeci** e **Ronaldo Carletto** também dispõem de uma estrutura de apresentação dos conteúdos parecida. Mas o sítio do Prof. Valdeci disponibiliza uma ferramenta que permite a distribuição padronizada de conteúdos do *site*, permitindo a leitura em diversos 'leitores' de notícias. Esta ferramenta constitui a *RSS Feeds – Rich Site Summary* ou *Really Simple Syndication*.

Sandro Régis registra algumas mensagens de incentivo enviadas por usuários, e **Waldenor Pereira** apresenta uma mensagem relativa às características de um mandato popular e transparente. Derradeiramente, os parlamentares **Yulo Oiticica** e **Zé Neto** apresentam informações que pouco distam da estrutura geral dos *websites* descritos, como possibilidades de comunicação através destes sítios (formulários), endereço dos gabinetes para encontros presenciais, arquivos multimídias (áudios e vídeos), proposições, moções, legislações, em suma, conteúdos informativos produzidos e/ou disponibilizados pelos deputados da ALBA que, potencialmente contribuirão para a participação política dos cidadãos interessados.

6 RESULTADOS

As redes sociais (*orkut*, *twitter*, *facebook*) também corresponderam à multiplicidade de comunicação entre usuários e parlamentares, mas 28% dos sítios analisados não expunham estas redes (inexiste), e 12% destas comunidades, apesar da existência, estavam inativas. A modalidade de resposta 'as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade' compreendeu 60% dos *websites*. Para ilustrar a importância destas redes sociais nos processos comunicacionais na sociedade contemporânea, desenvolveu-se um quadro para acompanhar a dinâmica de uma determinada comunidade virtual – o *twitter* – no período que antecedia às eleições de

2010.

As pesquisas aconteceram em quatro momentos diferenciados, e com intervalos medianos de 45 dias entre as consultas: 1º de julho, 14 de agosto, 22 de setembro e 03 de outubro daquele ano. Esta última pesquisa ocorreu estrategicamente no domingo reservado às eleições, pois o pesquisador procurava identificar indícios que confirmassem a relação acerca da proximidade das eleições com o interesse dos cidadãos nos assuntos políticos. As análises empreendidas nos *twitters* dos deputados estão registradas no quadro a seguir:

DEPUTADO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	SEGUIDORES						
		JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO			
Álvaro Gomes	http://www.twitter.com/alvarogomesdep	96	125	+29	158	+33	162	+4
Ângelo Coronel	http://www.twitter.com/angelocoronel	10	43	+33	70	+27	69	-1
Arthur Maia	http://www.twitter.com/departhurmaia	1014	1129	+115	1778	+649	1187	-591
Bira Coroa	http://www.twitter.com/biracoroa	104	148	+42	190	+42	197	+7
Elmar Nascimento	http://www.twitter.com/elmarnascimento	228	275	+47	340	+65	345	+5
Gaban	http://www.twitter.com/deputadogaban	872	972	+100	1000	+28	1000	Igual
Gildásio Penedo Filho	http://www.twitter.com/gildasiopenedo	452	502	+50	535	+33	543	+8
Heraldo Rocha	http://www.twitter.com/depheraldorocha	779	1102	+323	1138	+36	1141	+3
J. Carlos	http://www.twitter.com/deputadojcarlos	89	100	+11	107	+7	108	+1
Javier Alfaya	http://www.twitter.com/jalfaya	132	290	+158	392	+102	404	+12
João Bonfim	http://www.twitter.com/depjoaobonfim	29	44	+15	46	+2	45	-1
José Nunes	http://www.twitter.com/depjosenunes	63	3	-60	120	+60/57	126	+6
Júnior Magalhães	http://www.twitter.com/juniormagalhaes	351	400	+49	422	+22	430	+8
Leur Lomanto Júnior	http://www.twitter.com/Leurlomantojr	260	367	+107	428	+61	337	+91
Luiz de Deus	http://www.twitter.com/depluizdedeus	355	478	+123	556	+78	661	+105
Marcelo Nilo	http://www.twitter.com/depmarcelonilo	162	239	+77	294	+55	295	+1
Misael Neto	https://twitter.com/misael_net	357	442	+85	502	+60	510	+8
Neusa Cadore	http://www.twitter.com/neusacadore	143	30	-113	617	+504/474	666	+47
Pedro Alcântara	http://www.twitter.com/pedroalcantara_	257	312	+55	343	+31	347	+4
Yulo Oiticica	http://www.twitter.com/yulo_oiticica	327	588	+261	774	+186	789	+15

QUADRO 5 - Análise Progressiva dos *Twitters* dos Deputados da Alba

Fonte: Santos (2011).

Como explicitado antes, o quadro anterior correspondeu às análises dos *twitters* dos parlamentares da ALBA, com base no mês de julho de 2010. Neste mês, os números inteiros dos seguidores⁴ utilizados como base para estas análises, evidenciou um

⁴ Termo utilizado por esta rede social quando indivíduos 'seguem' o perfil de outros indivíduos no *twitter*, incluindo celebridades, políticos ou simplesmente os amigos.

aumento considerável no mês seguinte à pesquisa inicial, exceto os perfis dos deputados José Nunes e Neusa Cadore que indicaram a redução de seguidores (menos 60 e 113 seguidores, respectivamente) devido às mudanças dos endereços virtuais. Observou-se nos meses subsequentes um contínuo aumento de seguidores supostamente interessados nos conteúdos informativos disseminados pelos parlamentares, como opiniões, denúncias e agenda de compromisso. O quadro revela um considerável decréscimo de seguidores na data das eleições (03 de outubro de 2010), como exemplo o *twitter* do deputado Arthur Maia, que no primeiro mês da investigação apresentava 1014 seguidores; em agosto acresce para 1129 (um aumento de 115 seguidores), no mês seguinte para 1778 (a margem aumenta para 649 seguidores) e último período decresce para 1187, ou seja, um 'déficit' de 591 seguidores. O deputado Gaban, no entanto, manteve o número de seguidores.

O penúltimo item do formulário, destinado à identificação de enquetes ou pesquisas de opinião pública, descortinou que 32% dos *sites* analisados não apresentaram estes recursos; 66%, apesar de possuírem enquetes ou pesquisas de opinião, constituíam-se de campos fechados que impossibilitam aos usuários respostas específicas às questões estabelecidas nos *websites* destes deputados. Os sítios que autorizam os usuários a responderem especificamente às enquetes, exprimindo opiniões afora do solicitado, corresponderam a um número inferior do universo investigado, como 4%.

Na sequência, interessou também reconhecer como os representantes políticos disponibilizam os gastos públicos nos respectivos *websites*. A pesquisa identificou que 92% dos parlamentares não dispõem nos sítios conteúdos destinados à prestação de conta das verbas públicas, preterindo, inclusive, informações básicas e sem detalhamentos. Somente 8% dos *sites* visitados apresentaram informações minuciosas destas contas com indicação dos responsáveis pelos atos administrativos. A Tabela seguinte procura sintetizar os dados apresentados no bloco relativo aos canais de comunicação adicionais e ao *accountability*:

TABELA 1 – Bloco Centrado nos Canais de Comunicação Adicionais e no *Accountability*

Informações disponíveis (itens)	NÃO		BÁSICO		AVANÇADO	
	Resp.	(%)	Resp.	(%)	Resp.	(%)
16 - Disponibilidade de formulários eletrônicos dirigidos à expressão dos cidadãos: 1 – as opiniões não são publicadas no <i>website</i> ; 2 – as opiniões são publicadas no <i>website</i> , caso o cidadão permita	6	24%	13	52%	6	24%
17 - Canais interativos que contribuam para a multiplicidade de acesso (SMS, quiosques ou computadores de acesso público e irrestrito) para ampliar a margem da participação política: 1 – os canais eletrônicos não funcionam (inativos); 2 – os canais eletrônicos funcionam;	21	84%	0	0%	4	16%
18 - Redes sociais como canais de comunicação com os cidadãos: 1 – as redes sociais disponíveis estavam inativas; 2 – as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade.	7	28%	3	12%	15	60%
19 - Pesquisa de opinião pública ou enquetes: 1 – questões fechadas (repostas pré-definidas); 2 – questões semi-estruturadas (repostas fechadas e abertas) possibilitando aos cidadãos responder com especificidade.	8	32%	16	64%	1	4%
20 - Disponibilidade de contas dos gastos da verba pública (<i>accountability</i>): 1 – informações simples, sem detalhamentos das contas; 2 – informações detalhadas das contas, com indicação do responsável dos atos administrativos	23	92%	0	0%	2	8%

Fonte: Dados da pesquisa.

A exposição acima constituiu a primeira etapa da apresentação dos dados coletados nos dias 10 a 20 de janeiro de 2011. Esta etapa dispôs percentualmente os dados agregados do universo dos *websites* válidos para investigação (ativos), ou seja, aqueles que possibilitavam o acesso de usuários interessados na obtenção de informações, ou na comunicação com os parlamentares. Destarte, o próximo gráfico expõe as percentagens totais alcançadas nas modalidades de resposta, contribuindo para uma visualização completa das tendências relativas à participação política nos sítios dos deputados da ALBA.

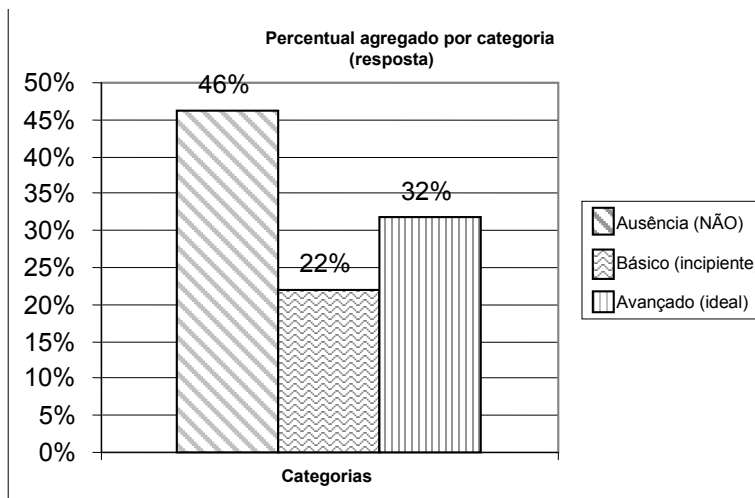


GRÁFICO 1 – Representação Gráfica do Percentual Agregado por Categoria (Resposta)

Fonte: Dados da pesquisa.

Evidencia-se um relativo equilíbrio entre as categorias de respostas que conferem à ausência (46%) e à presença (54%) dos itens elencados no formulário de pesquisa orientado às análises dos *websites*. A diferença de seis pontos percentuais que distancia a ausência absoluta e a existência relativa destes itens relacionados à participação possibilitou ao pesquisador, contudo, uma visualização panorâmica dos sítios investigados. A existência relativa dos itens identificados nestes *sites* condiz, exclusivamente, ao caráter incipiente dos resultados, pois, apesar da presença destes dispositivos, a participação dos usuários não estaria assegurada. Estes itens identificados correspondem à soma das categorias *incipientes* (22%) e *ideais* (32%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa percebeu-se que a disponibilidade de dispositivos de interatividade, como as redes sociais, entre agentes governamentais e os cidadãos usuários destes sítios não garante o atendimento das demandas nem a incorporação de sugestões à plataforma política dos deputados. A abertura para o diálogo com a sociedade civil constitui um discurso não observado nos resultados da pesquisa. Os canais de comunicação disponíveis nestes sítios confirmaram a incipiência para a interlocução acerca das discussões e deliberações políticas, pois esta investigação comprovou que o simples registro destes dispositivos não significa, mormente, um caráter incontestável para a execução dos objetivos intrínsecos destes canais.

A presente investigação considerou, também, que os *websites* e as redes sociais responderam satisfatoriamente à disponibilidade de conteúdos acerca dos parlamentares e atividades políticas desenvolvidas no decorrer do mandato. Estes apresentaram biografias, documentos, notícias, arquivos audiovisuais, informações de interesse público, *links* externos para outros sítios eletrônicos, assinaturas de boletins eletrônicos. Porém, nos aspectos relacionados à interatividade a partir dos dispositivos comunicacionais, a pesquisa evidenciou que estes sítios não apresentaram indícios administrativos e estruturais que assegurassem o cumprimento das respostas demandadas pelos cidadãos, percentagem constatada nas dimensões centradas nas oportunidades de comunicação entre os atores políticos envolvidos na ‘coisa’ pública.

Os *websites* pareceram corresponder, quase exclusivamente, à divulgação e à promoção da imagem política dos deputados no ciberespaço. Condicionar a participação política que transcendesse o território constitui uma lógica que deveria entremear, não somente ao discurso ou à retórica, as práticas administrativas dos governos e representantes eleitos pelos cidadãos. Contudo, o perceptível aumento destes sítios na internet representa os primeiros anúncios dos agentes governamentais com relação à centralidade das tecnologias da informação na sociedade contemporânea. Importante ponderar que as considerações discutidas nesta comunicação condizem, sobremaneira, a presente comunicação, considerando o momento histórico da realização da pesquisa e o recorte do objeto empírico da investigação. Importante que pesquisadores interessados reconsiderem as técnicas e os instrumentos construídos nesta investigação em diferentes situações e agentes políticos, como senadores, deputados federais, vereadores, para identificar possíveis contradições nos resultados. A ciência está engendradora nestas premissas, assim como na construção de conhecimento orientado ao desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar. Sobre redes. In: *Gestão de redes de cooperação interempresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2005.

FISCHER, Tânia D. Disciplina: desenvolvimento territorial organizações e gestão. Consorcio UFBA, UFLA, UNB, UFMT, 2007. 1 DVD (57:46 min.), widescreen, color. Produzido por INEPAD.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PERICO, Rafael Echeverri. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: IICA, 2009.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. Território: globalização e fragmentação. 5.ed. São Paulo: ANPUR, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, José C. dos. *Informação pública e participação política em rede: uma análise da governança eletrônica nos websites dos deputados do Estado da Bahia*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – ICI, UFBA, Salvador, 2011.

SOUZA, M. Adélia. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. *Território: globalização e fragmentação*. 5.ed. São Paulo: ANPUR, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de coleta de dados no campo*. São Paulo: Atlas, 2009.

Artigo recebido em: Novembro/2013

Aceito em: Abril/2014